Ata de Reunião

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às oito horas e trinta minutos, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e convidados se reuniram para 1ª Assembleia Geral Extraordinária de 2020, por videoconferência pela plataforma Google Meet, link: meet.google.com/trq-ckcy-rjv, para discutir os seguintes pontos da pauta, que foram encaminhados anteriormente a todos os membros**: Item 01 - Abertura da sessão e verificação de presença e quórum; Item 02 - Discussão e deliberação da ata da 5ª Assembleia Geral Extraordinária de 2019 (07.11.2019), 7ª Assembleia Geral Extraordinária de 2019 (19.12.2019), e 1ª Assembleia Geral Ordinária de 2020 (06.02.2020); Item 03 - Comunicado dos Conselheiros; Item 04 - Leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia; Item 05 - Apresentação da música "Homenagem ao rio Araguari". Item 06 - Deliberação para a recomposição da Diretoria – Gestão 2018/2020 (Cargo: Secretário Executivo Adjunto); Item 07- Deliberação do retorno da baixa em diligência do projeto de Diagnóstico Ambiental na área de abrangência das Quedas do Rio Claro: uma proposta visando à elaboração de um estudo de criação de unidade de conservação, habilitado no Edital PMI 001/2019 - Demanda Espontânea; Item 08 - Apresentação e discussão para convocação dos usuários para formação da Comissão Gestora local (CGL), processo nº 24.033/2020, Rio Claro; Item 09 - Apresentação e discussão para convocação dos usuários para formação da Comissão Gestora local (CGL), processo nº 20613/2020, Joselino Barbosa (Fazenda Santa Fé); Item 10 - Deliberação para recomposição do Grupo de Trabalho Plano de Comunicação (GT Plano de Comunicação); Item 11 - Deliberação para recomposição do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG) para o Contrato de Gestão nº 003/2019,aprovado em 19.12.2019; Item 12 - Deliberação para criação e composição do Grupo Trabalho para a Revisão da Metodologia de Cobrança; Item 13-Deliberação para criação e composição do Grupo de Trabalho para Enquadramento dos corpos d'água em classes; Item 14 - Deliberação para criação e composição do Grupo de Trabalho para Estudos sobre a Capacidade de Suporte de Corpos Receptores (Capim Branco I); Item 15 - Deliberação**

para recomposição do Grupo de Trabalho Revisão do Plano Plurianual de Aplicação (GT PPA); Item 16 - Deliberação sobre a solicitação da Empresa LD Celulose para indicação de representante do CBH Araguari para acompanhamento das coletas de água do Rio Araguari; Item 17 - Discussão e Deliberação ad referendum, Deliberação Normativa do CBH Araguari nº 58, de 06 de fevereiro de 2020, que delibera a minuta do Capítulo IV, Diárias de Viagens, Disposições Preliminares, da Portaria IGAM nº 60, de 14 de novembro de 2019; Item 18 - Discussão e Deliberação ad referendum, Deliberação Normativa do CBH Araguari nº 62, de 06 de março de 2020, que delibera a indicação de membros do CBH Araguari para representação do Comitê no UGP Projeto Mananciais Tapirenses; Item 19 - Discussão e Deliberação ad referendum, Deliberação Normativa do CBH Araguari nº 63, de 27 de março de 2020, que aprova a criação da Comissão Eleitoral para renovação dos membros da Diretoria Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (CBH Araguari) – mandato 2020/2022; Item 20 - Informe do Edital para a Eleição da Diretoria – Gestão 2020/2022; Item 21 - Apresentação do Projeto Buriti (DMAE); Item 22 - Outros assuntos. Membros presentes: Bruno Neto de Ávila, Ademar Franco Guimarães, Dayane Aparecida Pereira de Paula, Francely Aparecida Moreno de Tillio, Iléia Pereira Chaves Abdulnassih, Marinho Martins Severino Segundo, Graciene Maria Guimarães, Bruno Gonçalves dos Santos, Fernanda Aparecida Borges de Andrade, Alan Guimarães Machado, Kassio Henrique Gama Souza, Carlos Vagner de Oliveira, Augusto Peres Arruda, Antônio Geraldo de Oliveira, Vera Lúcia Abdala, Sylvio Luíz Andreozzi, Antonio Giacomini Ribeiro, Gabriel Santos Miranda, Maurício Marques Scalon, João Eduardo Della Torres Ferreira, Fernando Antônio Abdalla, Luiz Humberto de Freitas Souza, Geraldo Magela Mendes, Ivone Aparecida Borges, Maria Eduarda Rodrigues da Cunha e Gonçalves, Maria Lucia Furtado Coelho Campos, William Pereira Rodrigues, Arthur Borges Jacob, Weber Bernardes de Andrade, Marques José Naves, Dênio Drummond Procópio, André Luiz Mendes Barcelos e José Geraldo Teixeira. Convidados: Guilherme de Oliveira Bueno (IEF), Carlos Luiz Mamede (IEF), Oberdan Rafael Pugoni Lopes Santiago (IEF), Celismar Costa (DMAE), Masterson Ferreira (DMAE), Michelle Calazans (IGAM), Thiago Alves do Nascimento

MINUTA

(ABHA), Moema Morgado (ABHA), Neila Cristiane Turlon (ABHA), Hygor Evangelista (ABHA), Cláudio Costa Barbosa, Gustavo Miranda Duarte, Jadir Silva de Oliveira, Sândra Lúcia Vieira (ABHA), Isabel Evaristo (ABHA). A auxiliar administrativa da ABHA Gestão de Águas, Isabel Evaristo, informa as orientações para participação virtual na 1ª Assembleia Geral Extraordinária de 2020 e realiza a chamada nominal dos conselheiros. No **item 01** da pauta, após a verificação do quórum, o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (CBH Araguari), Bruno Gonçalves dos Santos, inicia a reunião agradecendo a presença de todos. No **item 02** o Presidente informa que a Secretaria Executiva recebeu solicitações dos conselheiros, José Geraldo (Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Morro Alto/Patrocínio-MG) e do Antônio Geraldo de Oliveira (Organização de Desenvolvimento Sustentável – ODS), para de transcrição inteira da Ata da 7ª Assembleia Geral Extraordinária de 2019, ocorrida em 19 de dezembro de 2019, tendo em visto que foi discutido processo de outorga de grande impacto para as comunidades circunvizinhas e para o município de Patrocínio/MG. O representante do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia (DMAE), Luiz Humberto de Freitas Souza questiona se a solicitação de transcrição foi atendida. Isabel Evaristo (ABHA), explica que houve transcrição da justificativa do voto, conforme solicitado pelo conselheiro José Geraldo Teixeira, durante a 7ª Assembleia Geral Extraordinária de 2019 e que a solicitação da transcrição inteira da reunião é uma nova solicitação. Freitas (DMAE) pontua que regimentalmente as atas deverão ser redigidas de forma sucinta, os pedidos são legítimos, porém ferem o Regimento Interno, mas poderá conciliar para ser transcrito apenas os pontos que as partes consideram relevantes. O representante da Prefeitura Municipal de Patrocínio, Alan Guimarães Machado, ressalta que a ata pode ser sucinta, mas que o áudio deverá ser disponibilizado para explicação, caso haja algum questionamento. O Presidente esclarece que a gravação da reunião fica disponível a todos os conselheiros, caso tenha interesse poderá ser solicitada junto à Secretaria Executiva. O representante da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Sylvio Luíz Andreozzi, questiona aos solicitantes se somente a descrição que trata o processo de outorga da Mosaic Fertilizantes, contempla a solicitação de transcrição da ata. O Presidente coloca que não está vendo o conselheiro José Geraldo Teixeira (Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Morro Alto/Patrocínio-MG), na sala de reunião e questiona ao Conselheiro Antônio Geraldo de

MINUTA

Oliveira (ODS), se a transcrição somente do item de pauta da aprovação do processo de outorga da Mosaic, contempla a solicitação. Oliveira (ODS) pontua que as atas deveriam ser transcritas, pois é um documento e não vê dificuldade nesse trabalho. A título de contribuição o Diretor-Presidente da ABHA Gestão de Águas, Thiago Alves do Nascimento, expõe a dificuldade operacional para transcrever uma ata de 4 (quatro) horas de reunião, uma vez que, exigiria da Secretaria Executiva um grande esforço. Ressalta que se tratando de reunião pública, caso haja interesse, o áudio poderá ser solicitado junto à Secretaria Executiva. O representante da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (ANGÁ), Antonio Giacomini Ribeiro, explana que em questão de ordem, a Agência Equiparada só se manifeste quando for solicitada por algum conselheiro ou pela Diretoria, em sua visão a Agência está como convidada. Giacomini, pondera que a votação deverá acontecer em 3 (três) aspectos, sendo: Ata como está, transcrição somente do item que contempla o processo da Mosaic, ou a transcrição da ata na íntegra. O Presidente explica que primeiro será deliberada a ata da 5ª Assembleia Geral Extraordinária de 2019, ocorrida em 07 de novembro de 2019 e a ata da 1ª Assembleia Geral Ordinária de 2020, ocorrida em 06 de fevereiro de 2020, pois não houveram contribuições, e coloca em votação, sendo aprovadas com as abstenções dos conselheiros, Antônio Geraldo de Oliveira (ODS), Augusto Peres Arruda (Prefeitura Municipal de Serra do Salitre), Francely Aparecida Moreno de Tillio (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD) e Antonio Giacomini Ribeiro (Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro – ANGÁ), que justificaram que não eram conselheiros nas referidas reuniões, Também houve abstenções dos conselheiros André Luiz Mendes Barcelos (Trilhas Interpretativas), e Alan Guimarães Machado (Prefeitura Municipal de Patrocínio), que no momento não justificaram. Em seguida o Presidente do CBH Araguari, coloca a ata da 7ª Assembleia Geral Extraordinária de 2019, ocorrida em 19 de dezembro de 2019 em votação. Gonçalves explica que será votação nominal, com 3 (três) opções para votação do conselheiro, sendo, a ata como foi encaminhada para os conselheiros com a transcrição da justificativa do voto do conselheiro José Geraldo , ou a ata com transcrição somente no item de pauta do processo de outorga da Mosaic, e ou a ata transcrita na íntegra de toda reunião. O conselheiro Antônio Geraldo de Oliveira (ODS) solicita que seja retirada a terceira opção de votação “ata transcrita na íntegra de toda reunião”. Gonçalves autoriza e coloca em votação nominal as 2 (duas), opções “a ata como foi encaminhada para os

MINUTA

conselheiros com a transcrição da justificativa do voto do conselheiro José Geraldo, e a ata com transcrição somente no item de pauta do processo de outorga da Mosaic". A auxiliar administrativa da ABHA, Isabel Evaristo, realiza a chamada nominal dos conselheiros para a votação, sendo aprovado a opção "a ata com transcrição somente no item de pauta do processo de outorga da Mosaic", com 15 (quinze) votos e 2 (duas) abstenções dos conselheiros, Francely Aparecida Moreno de Tillio (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD) e Fernando Antônio Abdalla (Associação Profissional de Geógrafos do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - APROGEO – TRIALTO). No **item 03** o representante da Trilhas Interpretativas, André Luiz Mendes, informa que ocorreu uma reunião informal dos usuários para a saída do Vice-Presidente, Weber Bernardes de Andrade com a transição do DMAE. Mendes solicita que fique registrado que o segmento de turismo não foi comunicado, e solicita que a secretaria organize uma reunião com todos os usuários. O Presidente expõe que reunião informal não pode ser organizada pela secretaria. Freitas (DMAE) esclarece que foi reunião informal e não houve a intervenção da Secretaria, e que fique registrado em ata. No **item 04**, o Presidente faz a leitura do expediente e das comunicações do dia. No momento foi projetado e informado ao plenário que o CBH Araguari, recebeu por e-mail no dia 06 de agosto de 2020, o ofício nº 523/CRMA/2020 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria Regional de Defesa do Meio Ambiente, referente ao Inquérito Civil n.º 0035.17.000387-1, para ciência do despacho ministerial de fls. 615, solicitando que seja dada ampla divulgação para todos os usuários e demais interessados. Dessa forma, o Presidente do CBH Araguari, faz a leitura do documento supracitado para conhecimento dos presentes e solicita que a Secretaria Executiva encaminhe por e-mail a todos os conselheiros para ciência. O Conselheiro Luiz Humberto de Freitas (DMAE) sugere a inversão de pauta, tendo em vista que alguns itens terão a participação de convidados. O Presidente sugere dar a continuidade no item 5 (cinco) e no item 6 (seis) e depois faz a inversão de pauta para o item 21 - Apresentação do Projeto Buriti (DMAE), e coloca em votação sendo aprovada a inversão; No **item 05**, o Presidente passa a palavra para o Cláudio Costa Barbosa para apresentação da música *"Homenagem ao rio Araguari".* Cláudio expõe que é Secretário-Adjunto do CBH Paranaíba e deixa as considerações do Presidente, Breno Lasmar. Barbosa

MINUTA

salienta que compôs uma música para o Rio Paranapanema, música para o Rio Paranaíba e agora a música para o Rio Araguari, e realiza a apresentação. Houve a inserção de pauta. No **item 21,** o Presidente passa a palavra para os representantes do DMAE, o Gerente Ambiental, Celismar da Costa Melo e o Supervisor de Projetos de Recuperação de Nascentes, autor do projeto Buriti, Masterson Ferreira da Silva, que realizaram a apresentação do Projeto Buriti. O Sr. Masterson Ferreira, explicou a concepção do Programa e apresentou como tem se desenvolvido as ações de preservação de nascentes. "O projeto foi criado em 2008, em atendimento à legislação estadual que estipula o investimento em nascentes a todo órgão que capta água para abastecimento público. No momento Ferreira (DMAE) sana as dúvidas dos conselheiros. O Presidente agradece a apresentação dos representantes do DMAE. No **item 06**, o Presidente expõe sobre a vacância na atual Diretoria do CBH Araguari para o cargo de Secretário Adjunto e pontua que houve a manifestação do conselheiro e representante da Organização de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Antônio Geraldo de Oliveira para compor o cargo. Oliveira confirma que manifestou o interesse e coloca o nome para apreciação do plenário. O Presidente coloca em votação, sendo aprovado por unanimidade. No **item 07**, o Presidente pontua que recebeu o retorno da baixa diligência do projeto de Diagnóstico Ambiental na área de abrangência das Quedas do Rio Claro: uma proposta visando à elaboração de um estudo de criação de unidade de conservação, habilitado no Edital PMI 001/2019 – Demanda Espontânea e passa a palavra para a conselheira e representante do Instituto Estadual de Florestas (IEF), Dayane Aparecida Pereira de Paula, que realiza a leitura do ofício OF-IEF-UFRBIO/Triângulo nº 227/2020, que expõe que o Instituto Estadual de Florestas (IEF), enquanto responsável pela criação e implantação de Unidades de Conservação, solicita o prosseguimento da tramitação do Projeto, recomendando que sejam excluídas dos estudos as áreas antropizadas, bem como as áreas que tenham sido objeto de licenciamento, evitando, assim, o desperdício de recursos públicos. O representante do IEF, Guilherme de Oliveira Bueno (IEF), coloca que foi coordenador de áreas de conservação na região e que foi o responsável pela elaboração do projeto que tem a finalidade de um estudo especifico para criação de uma unidade de conservação

MINUTA

Oliveira realiza a apresentação do projeto. Oliveira salienta que mesmo havendo estudos para licenciamento ambiental é importante ter estudos para conservação pois são estudos específicos e distintos. Oliveira pontua que a ideia do estudo é conhecer toda área para analisar em que lugar será proposto a área de conservação. Fala que houve questionamentos da associação dos usuários do Rio Claro, que o estudo poderia atrapalhar alguns processos de outorga em andamento. Ressalta que na época foi levantado os pontos, porém esses pontos estão fora da área de estudo, e faz a apresentação da área de estudo. Oliveira ressalta que esse é um estudo para criação de uma unidade de conservação, mas não quer dizer que será criado uma área de conservação, pois depende de vários outros fatores e de uma consulta pública. Pontua sobre os questionamentos da FIEMG e da SIAMIG, que trata da relevância ambiental da área se restringindo a vegetação. Ressalta que não tem que pensar só na vegetação, mas no recurso hídrico, biodiversidade e outros aspectos. Coloca que o relatório da SIAMIG, expôs que a área que ocorrerá o estudo não está inclusa em área prioritária para conservação, mas quando analisa o mapa de áreas prioritárias de conservação do Ministério do Ambiente, essa área está integralmente incluída em uma área de alta importância para biodiversidade. O Vice-Presidente do CBH Araguari e representante do Núcleo dos Sindicatos de Produtores Rurais do Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba, Weber Bernardes de Andrade, solicita que o IEF apresente a viabilidade para criação dessa unidade de conservação. E que a proposta inicial deverá voltar para a Câmara Técnica para análise, pois sofreu alteração no conteúdo. Solicita que os usuários que serão impactados com a criação dessa unidade que sejam ouvidos. Oliveira (IEF) esclarece que a participação irá acontecer com a elaboração do estudo, por isso não é possível a utilização de estudos já existentes, para a criação tem a consulta pública no momento se entender que não é viável a criação não será criada. Giacomini (ANGÁ) pontua sobre a complexidade da Bacia do rio Claro. O representante da Trilhas Interpretativa, André Luiz Mendes Barcelos, ressaltou a importância do projeto para preservação e coloca que infelizmente o projeto só retornou após a liberação da licença prévia de uma PCH que está sendo projetada na mesma bacia. A representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Maria Eduarda Rodrigues

MINUTA

da Cunha e Gonçalves questiona se a posição do IEF apresentada é a mesma do oficio encaminhado. O Presidente do CBH Araguari, pede ao IEF que sane a dúvida, pois o oficio traz a solicitação de uma área reduzida e a apresentação do representante do IEF, Guilherme Oliveira, traz outra informação. O representante do IEF, Carlos Luiz Mamede, pontua que a Diretoria do IEF compreende que os estudos não poderiam incluir as áreas antropizadas consolidadas, mas a dúvida é como seriam excluídas essas áreas. Oliveira (IEF) explica que o projeto foi elaborado com os pontos de interesse da queda do rio claro, pensando nas áreas de preservação permanente, reservas legais, fragmentos de vegetação nativa que estão conectadas as APPS, criou-se um *buffer* nessa área e foi delimitada uma área para estudo, a ideia é um estudo mais abrangente e não delimitar somente uma área, para entender quem são os atores envolvidos. Oliveira pontua que houve o direcionamento da Sede para exclusão das áreas antropizadas, mas tecnicamente a seu ver não é a melhor opção, e questiona se o projeto irá voltar para readequação do IEF ou o Comitê irá propor uma área de estudo. O Presidente esclarece que o proponente é o IEF e não é do Comitê. O representante da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Controle (CTPlan), Sylvio Luíz Andreozzi, salienta que está havendo confusão sobre decisões, existem decisões que não compete ao comitê. Andreozzi esclarece que o projeto foi aprovado tecnicamente pela a ABHA e recebeu um parecer favorável da Câmara Técnica e do Comitê. No momento o próprio IEF solicitou vista no projeto apresentado, houve uma discussão se era cabível ou não, a plenária aprovou que era cabível. Hoje retorna com duas opções apresentadas pelo IEF. Andreozzi (UFU) coloca sobre a fala do conselheiro Weber, e que se a comunidade não for ouvida a área de conservação não é aprovada, mas acontece em outro momento e que espera que se houver o estudo contemple a consulta a população, seria ideal mas não é obrigatório. Andreozzi pontua que o projeto é do IEF, outra instituição não pode obrigar que o IEF escute a comunidade, pois é um projeto de estudo e não de implantação. Ressalta que estudo de conservação está no Plano do CBH Araguari. A CTPlan não contemplou nada que não esteja viabilizado no Plano de Recursos Hídricos do Comitê. O conteúdo que foi aprovado Tecnicamente pela ABHA e pela CTPlan é o conteúdo que está

sendo remetido a plenária, houve a manifestação do IEF recomendando a exclusão das áreas antropizadas, não houve alteração do escopo do projeto, porque se houver alteração do escopo do projeto esse assunto não poderá ser discutido no comitê pois fere o edital. O Presidente questiona se o IEF irá manter o projeto habilitado inicialmente ou está alterando o escopo do projeto. Dayane (IEF), sugere retirar o processo para adequação conforme o ofício encaminhado pela Diretoria do IEF, para apreciação posteriormente com as adequações. O Coordenador da CTPlan sugere baixar em diligência, para ter um parecer jurídico se há possibilidade de alteração posterior a submissão de um projeto de um edital, e fazer uma consulta explicita ao IEF, caso a consulta jurídica seja negativa a alteração do projeto, fazer uma consulta ao IEF se deseja manter o projeto inicial. Weber (Núcleo dos Sindicatos de Produtores Rurais do Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba), solicita que caso volte esse assunto para discussão na Câmara Técnica que os produtores sejam ouvidos. O Presidente pontua que, conforme colocado pelo Coordenador da CTPlan, o projeto será baixado por diligência para análise se poderá ocorrer a alteração do projeto, e a Secretaria Executiva irá consultar o posicionamento do IEF. No **item 08 e item 09**, o Presidente passa a palavra para o representante do Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM) Bruno Neto de Ávila, para esclarecimentos sobre a convocação dos usuários para formação da Comissão Gestora local (CGL). Ávila (IGAM), coloca sobre a deliberação e os trâmites para a formação da CGL. Ressalta qual o papel do comitê. Kassio Henrique Gama Souza (RIDES), expõe sobre a Portaria IGAM nº 26, de 05 de junho de 2020, que institui a Comissão Gestora Local (CGL) no âmbito do processo de outorga coletiva de direito de uso de recursos hídricos superficiais em áreas declaradas de conflito pelo uso dos recursos hídricos. Gabriel Santos Miranda (Grupo Escoteiro Potiguar), salienta sobre a cartilha elaborada pelo IGAM para instruções de Procedimentos para Regularização dos Usos de Recursos Hídricos de Minas Gerais – Outorga Coletiva. Gustavo Malacco (ANGÁ), pontua que a deliberação do IGAM é inconstitucional todos os usuários deverão ser incluídos na discussão até mesmo os não outorgados, a lei é excludente. Ressalta que agora os dados mostram que a região do baixo Rio Claro também é uma região de conflito, e que essa informação não havia sido colocada na época da liberação da pré-outorga da PCH Salto e

que o IGAM deverá mostrar que só agora tem esses dados, e que o baixo Rio Claro é uma área de conflito. Malacco afirma que irá oficializar o IGAM para saber se esses dados já existiam para ter certeza se quando a decisão do comitê foi tomada já existia essa informação no banco de dados do IGAM, ou se foi somente agora devido a quantidade de água no baixo Rio Claro. O representante da Organização de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Secretario do PN1 - CBH Alto Rio Paranaíba, Antônio Geraldo de Oliveira, relata as experiências ocorridas no PN1 com e Edital para manifestações e as convocações para as CGLs. O Presidente do CBH Araguari, expõe que o intuito dos itens 08 e 09 é informativo e a convocação será divulgada de forma ampla, conforme o Decreto do IGAM. Gonçalves encaminha os processos para a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) dar andamento e a Secretaria Executiva será responsável pelas convocações. Devido ao adiantar da hora, o Presidente suspende a 1ª Assembleia Geral Extraordinária de 2020 e dará continuidade dos itens de pauta na próxima Assembleia prevista para o dia 20.08.2020. Encerro esta ata, Isabel Evaristo, constando que a Lista de Presença anexa é parte integrante deste documento.

MINUTA